

24 SET 2014

FOLHA DE S. PAULO

Estoque de processos cresce no Judiciário, aponta estudo do CNJ

Maior parte do congestionamento, que aumentou 0,9% no ano de 2013, é formada por ações de execução fiscal

Relatório aponta queda de 1,6% no índice de produtividade dos magistrados e de 1,8% no caso dos servidores

DE BRASÍLIA

O Judiciário brasileiro recebe a cada ano um número maior de processos do que consegue julgar e, em 2013, voltou a elevar seu estoque, formado principalmente por ações de execução fiscal.

As conclusões fazem parte do relatório "Justiça em Números" feito pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e divulgado nesta terça-feira (23).

O estudo mostra que no ano passado tramitaram 95,14 milhões de processos na Justiça. Desses, 66,8 milhões já estavam acumulados de anos anteriores e 28,3 milhões ações foram apresentadas no ano de 2013.

Como o Judiciário conseguiu julgar 27,7 milhões, o estoque processual aumentou 0,9% em relação a 2012.

O principal gargalo são as ações de execução fiscal, quando a Justiça cobra pessoas ou empresas que devem tributos como o IPVA, IPTU ou ICMS, por exemplo.

No ano passado, de cada cem processos dessa natureza, somente nove foram concluídos (um congestionamento de 91%).

Somente as ações de execução fiscal correspondem a 41,4% do estoque de 66,8 milhões. O segundo grupo que responde com o maior número de ações é o das chamadas "não criminais".

São casos em que há disputas na Justiça entre pessoas, processos relativos ao direito do consumidor, questões ambientais, entre outros. Elas representam 31,8% do estoque e tem uma taxa de congestionamento de 59% — ou seja, de cada cem casos, 41 foram concluídos.

Somados todos os tribunais, com exceção do STF (Supremo Tribunal Federal), que não é alcançado pelo estudo do CNJ, o congestionamento médio do Judiciário em 2013 foi de 70,9%.

Na Justiça estadual, o tribunal com a maior taxa de congestionamento é o de São Paulo, com 82%. Em seguida está o do Rio, com 79% e do da Bahia, com 78%. Os com menores índices são do Amapá (36%) e do Acre (41%).

O relatório também apontou uma queda de 1,6% no índice de produtividade dos magistrados. Em 2012, eles concluíram, em média, 1.712 processos. Já em 2013, foram 1.684. Os servidores também tiveram queda de produtividade de 1,8% em 2013.

De acordo com a conselheira do CNJ Maria Peduzzi, o

problema pode ser contornado com melhoria de gestão nos tribunais e também por meio de mudanças estruturais. Ela citou o exemplo de projetos de lei que sugerem tirar da Justiça as ações de execução, transformando-as em questões administrativas, o que daria novo fôlego aos tribunais. (SEVERINO MOTTA)

CONTINUA

24 SET 2014

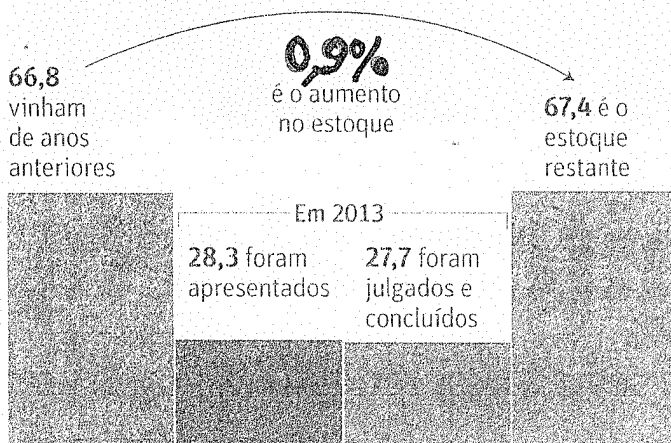
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

MARCHA LENTA NO JUDICIÁRIO

Estoque de processos aumentou no ano passado

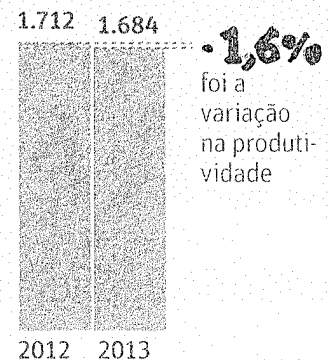
Processos que tramitaram na Justiça em 2013
(em milhões)



41,4%
dos processos pendentes eram de Execução Fiscal

95,14 mil
é o total de processos que tramitaram em 2013

Produtividade cai
Processos concluídos por ano por magistrado, em média



16,5 mil
é o total de magistrados em atuação

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Ranço corporativista

SÃO PAULO- O lobby que o ministro do STF Luiz Fux vem fazendo para que sua filha Marianna seja nomeada desembargadora no TJ do Rio pelo quinto constitucional é tamanho que a própria OAB resolveu mudar o processo pelo qual indica candidatos. Já o ministro Marco Aurélio Mello parece ter sido mais discreto, mas conseguiu emplacar a filha Leticia no TRF da 2ª região.

O amor paterno é decididamente comovente, mas há aqui uma questão pública: o instituto do quinto constitucional se justifica?

Para quem não sabe, o dispositivo, que figura nas constituições brasileiras desde 1934, estabelece que 20% dos magistrados da maior parte dos tribunais serão compostos por advogados e membros do Ministério Público — em oposição a juízes de carreira. Em geral, quando aparece uma vaga, o órgão de classe propõe uma lista sêxtupla que é remetida ao tribunal. Ali, desembargadores e ministros a reduzem a uma lista triplíce que é levada ao chefe do Executivo, a quem cabe a decisão final.

A justificativa teórica para o quinto é que ele areja o Poder Judiciário, conferindo-lhe maior diversidade e tornando-o mais democrático. É até positivo que exista a preocupação de evitar que o corpo de magistrados fique muito engessado, mas não estão convicts de que o mecanismo escolhido dê conta do recado. Uma outra forma de descrever o quinto é a institucionalização do corporativismo, que dá a duas entidades de classe o poder de indicar alguns dos principais juízes do país. Não é uma coincidência que o instituto tenha aparecido nos anos 30, quando ideias fascistas estavam em voga por aqui.

Vale observar que o quinto também carrega forte viés político. Normalmente, é o candidato mais bem relacionado (não necessariamente o mais competente) que se vê indicado.

Não afirmo que o quinto seja uma aberração, mas acho que passa da hora de limparmos as instituições de seu ranço nepotista e corporativista.

helio@uol.com.br

24 SET 2014

24 SET 2014

FOLHA DE S. PAULO

Lewandowski passa menos de uma hora no Palácio do Planalto

DE BRASÍLIA - No primeiro dia como presidente interino da República, o ministro Ricardo Lewandowski, que preside o Supremo Tribunal Federal, passou menos de uma hora no Palácio do Planalto, na tarde de terça-feira (23).

Ele assinou a promulgação de acordos bilaterais e a aposentadoria de ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior do Trabalho.

O ministro assumiu o cargo porque Dilma viajou a Nova York para participar da abertura da Assembleia Geral da ONU, na quarta (24). Ela retorna ao Brasil no mesmo dia.

Na ordem de sucessão, o vice Michel Temer deveria assumir o Planalto. Mas, por motivos eleitorais, foi orientado por advogados a sair do Brasil neste período por ser candidato à reeleição na chapa de Dilma.

Os presidentes da Câmara, Henrique Alves, e do Senado, Renan Calheiros, nomes seguintes na linha sucessória, licenciaram-se de suas funções por causa das eleições.

PAINEL

Do peito O primeiro ato de Lewandowski no Planalto foi assinar a aposentadoria do ministro Sidnei Beneti, do Superior Tribunal de Justiça. Eles são amigos e foram colegas como desembargadores.

24 SET 2014

FOLHA DE S. PAULO

Doleiro decide fazer acordo de delação, diz advogado

Segundo defensor, que deixará o caso,
família convenceu Youssef a negociar

Processo está apenas no início; até agora, ele não prestou depoimento nem assinou compromissos

ANDRÉIA SADI
DE BRASÍLIA

MÁRIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

Com a perspectiva de ser condenado a mais de cem anos de prisão nas 12 ações penais em que é réu, o doleiro Alberto Youssef, preso em 17 de março na Operação Lava Jato da Polícia Federal, decidiu negociar um acordo de delação premiada para tentar abrandar sua situação na Justiça.

Até agora, no entanto, ele não assinou nenhum acordo, nem prestou depoimento. A **Folha** apurou que, se quiser levar adiante uma eventual delação, terá de ficar três anos em regime fechado.

A informação da negociação foi revelada pela **Folha**. Advogado do doleiro junto ao STJ (Superior Tribunal de Justiça), Antônio Carlos de Almeida Castro, lamentou a decisão.

“A família convenceu-o a fazer uma delação. É uma pena, temos uma tese jurídica

que era importante no STJ. A família cansou e estou saindo do caso”, diz o criminalista, conhecido como Kakay.

Na última semana, Kakay e Figueiredo Bastos, que também defende Youssef, ingressaram com um pedido de habeas corpus no STJ (Superior Tribunal de Justiça) no qual pedem a anulação de todas as provas da Lava Jato, por considera-las ilícitas, e o afastamento do juiz do caso.

Segundo eles, o juiz federal Sergio Moro, responsável pelo caso, havia se declarado suspeito em 2010 para julgar uma questão relacionada a Youssef e a delação que ele fez em 2004. Para a defesa de Youssef, o juiz não poderia ter atuado na Lava Jato.

Para Kakay, o Ministério Público exigirá que o doleiro desista das teses de defesa para fazer a delação, assim como ocorreu com Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras. “Isso é um escândalo. É uma forma de subverter as teses processuais”, afirma.

Diferentemente de Kakay, que anunciou que deixará o caso, Basto diz que ainda não decidiu o que fazer. Ele poderá acompanhar a negociação da delação, mas diz que não

quer saber os nomes que Youssef pode implicar.

Além da pressão familiar, pesou sobre Youssef a delação premiada acertada por Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da Petrobras, que ainda depende de aprovação do STF (Supremo Tribunal Federal).

A Lava Jato é a operação que desvendou uma milionária rede de desvio de recursos da Petrobras, que envolve executivos da petroleira, políticos e empresários.

DEPOIMENTOS

Costa já prestou depoimentos sigilosos em que citou políticos que segundo ele estavam envolvidos no esquema, além de apontar que a corrupção atingia outras diretorias da Petrobras — com indicados ligados ao PT e ao PMDB no topo da lista de suspeitos.

Youssef era o principal doleiro do esquema, que teria movimentado R\$ 10 bilhões. Segundo a PF, ele era o responsável por lavar o dinheiro do desvio no exterior e repatriá-lo para o pagamento de propinas.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ABRINDO O JOGO

Doleiro suspeito de chefiar esquema de lavagem de dinheiro decide contar o que sabe ao Ministério Público

24 SET 2014



Reprodução

QUEM É YOUSSEF

Preso em março pela Polícia Federal, Alberto Youssef é réu sob acusação de comandar esquema de lavagem de dinheiro que teria movimentado cerca de R\$ 10 bilhões e distribuído propina de fornecedores da Petrobras a políticos do PP, do PT e do PMDB

Youssef exhibe aparelhos de escuta encontrados na cela onde estava preso, no Paraná; segundo a PF, equipamentos não estavam ativos na ocasião

CONTINUAÇÃO

Youssef já foi beneficiado em 2004 com o instituto da delação premiada, após ter sido preso sob acusação de ter enviado US\$ 5 bilhões ao exterior. À época, entregou políticos de terceiro escalão do Paraná, pagou uma multa de cerca de R\$ 1 milhão e conseguiu deixar a prisão com US\$ 23 milhões.

Como voltou ao mercado de dólar, o juiz reabriu oito ações penais daquela época. Numa delas, ele foi condenado a quatro anos de prisão na semana passada.



Conexão com a Petrobras

A PF acredita que o grupo pode ter desviado recursos da Petrobras e repassado parte deles à base aliada do governo. Na estatal, o braço operacional do esquema teria sido chefiado pelo ex-diretor Paulo Roberto Costa, que deixou a empresa em 2012.



O elo

Também preso durante a Lava Jato —primeiro por tentar ocultar provas, depois por omitir que controlava contas na Suíça com saldo de US\$ 23 milhões—, Costa é suspeito de atuar na intermediação de negócios da estatal e no recolhimento e distribuição de propinas

OUTROS COLABORADORES

Suspeitos que passaram a ajudar nas investigações do caso

Carlos Alberto Pereira da Costa

Advogado, representava a principal empresa de Youssef, a GFD Investimentos, e duas companhias nos EUA. Fez acordo de delação

Enivaldo Quadrado

Condenado no mensalão, cumpria pena em regime aberto enquanto atuava como diretor financeiro do doleiro. Fez acordo de delação

Leonardo Meirelles

Era laranja do doleiro no laboratório farmacêutico Labogen. Não fez acordo de delação, mas confessou o que sabe para tentar reduzir sua pena



Quem o ex-diretor acusou

Em agosto, Costa concordou em fazer um acordo de delação premiada para tentar atenuar sua pena. As autoridades, ele teria listado ao menos 25 deputados federais, 6 senadores, 3 governadores e um ministro de Estado como beneficiários de propinas do esquema



Por que Youssef decidiu falar

Segundo a defesa do doleiro, ele tem sido pressionado pela família a contar o que sabe às autoridades. Ele é réu em 12 ações penais, pelas quais pode ser condenado a mais de 100 anos de prisão. Com a delação, essa pena pode cair para 3 anos em regime fechado

24 SET 2014

FOLHA DE S. PAULO

Polícia tenta ouvir Lula há sete meses sobre o mensalão

Ex-presidente não atende convite por temer que teor de depoimento vaze para imprensa durante a campanha

Objetivo da polícia é ouvir petista sobre acusações feitas pelo empresário Marcos Valério em 2012

NATUZA NERY
ANDRÉIA SADI
FERNANDA ODILLA
DE BRASÍLIA

A Polícia Federal tenta há sete meses ouvir o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas investigações instauradas a partir de novos depoimentos dados em 2012 pelo operador condenado no mensalão, o empresário Marcos Valério de Souza.

Segundo a **Folha** apurou, Lula foi convidado a ajudar na apuração em fevereiro deste ano. Não se trata, portanto, de intimação.

Apesar de reiterado algumas vezes, o convite ainda não foi atendido por temor de que o interrogatório seja vazado à imprensa — ainda mais em um ano eleitoral.

Pessoas próximas ao ex-presidente argumentam que o petista fez chegar à PF, por meio de representantes, o recado de que está disposto a colaborar com as investigações, mas teme que um depoimento agora seja explorado politicamente por adversários.

A delegada Andrea Pinho, responsável por apurar em Brasília denúncias feitas por Valério sobre um suposto envolvimento do ex-presidente no mensalão, negocia, sem sucesso, um encontro com o petista desde fevereiro.

Nos últimos meses, a cúpula da PF mostrou-se dividida em relação ao interrogatório de Lula.

Alguns acreditavam ser inócuo o depoimento do ex-presidente, que poderia recorrer ao direito de falar somente na Justiça caso as investigações se transformem em ações penais. Outros insistiam no seu comparecimento, argumentando ser possível assegurar sigilo absoluto em relação ao conteúdo das declarações prestadas.

Lula não foi intimado pela delegada e, se depender da vontade do comando da polícia, não o será. Na avaliação interna, tal medida seria exagerada.

Em setembro de 2012, Marcos Valério foi espontaneamente à PGR (Procuradoria-Geral da República) prestar novas declarações na esperança de ser beneficiado de alguma forma. Aquela altura, ele já havia sido condenado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do mensalão, mas as penas ainda não haviam sido definidas.

Valério acabou sendo condenado a mais de 40 anos de prisão por diversos crimes, entre eles lavagem de dinheiro. No depoimento de 2012, ele acusou Lula de saber da existência do mensalão e de ter se beneficiado pessoalmente do esquema.

Entre as alegações, afirmou ter repassado cerca de R\$ 100 mil por meio de uma empresa de um ex-assessor de Lula para pagar despesas pessoais do então presidente em 2003.

Afirmou, ainda, que Lula e o ex-ministro Antonio Palocci intercederam junto à companhia Portugal Telecom para que a empresa repassasse R\$ 7 milhões ao PT.

As declarações de Valério se transformaram em pelo menos dois inquéritos policiais, que tramitam em Brasília e Minas Gerais. Foram instaurados outros seis procedimentos no Ministério Público Federal para apurar as acusações do operador do mensalão. Desses, pelo menos dois já foram arquivados.

A delegada Andrea Pinho foi removida do cargo que ocupava na Superintendência da PF em Brasília em fevereiro, mas continuou à frente da investigação.

Procurado, o Instituto Lula não se pronunciou.

Colaborou MATHEUS LEITÃO, de Brasília

FOLHA DE S. PAULO

MONICA BERGAMO

TELA QUENTE

24 SET 2014

O SBT terá que responder na Justiça pelas declarações de Rachel Sheherazade. O MPF (Ministério Público Federal) iniciou uma ação civil pública em que pede a retratação de comentário feito pela jornalista. Em fevereiro, ela disse “compreender” pessoas que amarraram um assaltante de 15 anos a um poste no Rio. A multa por descumprimento, em eventual decisão favorável, seria de R\$ 500 mil por dia.

TELA 2

Para o procurador Pedro Antonio de Oliveira Machado, Sheherazade defendeu a tortura, estimulou a ação de “justiceiros” e violou o princípio da dignidade humana. A ação pede ainda que o SBT seja condenado a pagar indenização de R\$ 532 mil por dano moral coletivo. E cobra do governo federal mais fiscalização sobre as TVs, que detêm concessões públicas.

TELA 3

O SBT, em nota, afirma que ainda não foi citado pela Justiça. Sobre a suposta violação dos direitos da criança e do adolescente, lembra que “o Poder Judiciário arquivou o procedimento de verificação instaurado pelo Ministério Público de São Paulo”.

PAINEL

Data venia Advogados de José Aníbal (PSDB-SP) e Rodrigo Garcia (DEM-SP), investigados no caso do cartel do metrô paulista, procuraram ministros do Supremo na última semana para defender o arquivamento do inquérito.

Última hora Luís Roberto Barroso, que pediu vista e interrompeu a votação de ontem, havia chegado na véspera de uma conferência em Yale e não teve tempo de analisar o caso. Ele recebeu o advogado de Garcia ontem.

24 SET 2014

GAZETA DO POVO

» PRODUTIVIDADE

Judiciário aumenta gastos, mas segue congestionado

Relatório mostra que a cada 100 processos somente 29 foram finalizados no país. Aumento de ações preocupa o CNJ

Katna Baran

Apesar de ter recebido mais investimentos nos últimos cinco anos, principalmente em recursos humanos, o Poder Judiciário não tem dado conta da crescente demanda de processos do país. A constatação é do relatório anual Justiça em Números, divulgado ontem pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Segundo os dados, referentes a 2013, em cada 100 processos, somente 29 foram finalizados — um a menos que em 2012.

Conforme o relatório, no ano passado, o Judiciário brasileiro — excluindo o Supremo Tribunal Federal e os Conselhos de Justiça — gastou R\$ 61,6 bilhões. O valor é 1,5% maior que em 2012. A maior parte das despesas é com recursos humanos, que somam R\$ 55,3 bilhões, representando aproximadamente 90% do total de gastos. Enquanto isso, o Judiciário arrecadou aproximadamente R\$ 34 bilhões, o que equivale, em média, a 60% do total das despesas.

O aumento dos gastos deve-se principalmente ao crescimento no número de magistrados e servidores do Judiciário no último ano. Porém, os investimentos também vieram acompanhados do crescente número de processos novos e no estoque. “Em linhas gerais, há um crescimento da litigiosidade de forma mais acentuada que os recursos humanos e as despesas”, aponta o relatório.

Em 2013, tramitaram aproximadamente 95 milhões de processos na Justiça, sendo que 70% deles já estavam pendentes desde o início do ano. Cerca de 28 milhões de casos novos entraram no Judiciário no ano passado, o que representa um aumento de 15% em relação a 2009. Já o número de casos baixados foi de 27,7 milhões, o que demonstra um aumento em proporções menores — 9,5% desde 2009.

Aumento do acervo

Conforme o estudo, a maior preocupação do CNJ é o constante aumento do acervo processual, que tem crescido a cada ano a um percentual médio de 3,4%. Enquanto que em 2009 havia um índice positivo de atendimento à demanda, em 2013 o índice passou para 98%, o que demonstra que a Justiça não tem conseguido finalizar nem o quantitativo de processos ingressados.

A Justiça Estadual é a que concentra a maior parte dos processos (78%). Em contrapartida, concentra 55% das despesas, 69% dos magistrados e 65% dos servidores do Judiciário. O relatório mostra ainda que os maiores problemas estão na primeira instância, onde tramitam 90% dos processos judiciais. Apenas 9,9% dos casos estão nos tribunais superiores, Justiça de segundo grau, turmas recursais e turmas regionais de uniformização.

Estratégias de gestão

Durante evento para apresentação do relatório, em Brasília, a corregedora Nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighim, ressaltou que é papel do CNJ formular políticas de gestão para o Judiciário brasileiro. Ela destacou uma das resoluções de 2014 do órgão, que institui a Estratégia Nacional do Poder Judiciário de 2015 a 2020, e determina a realização de encontros anuais do Judiciário para definir novas metas prioritárias.

Já a conselheira Maria Cristina Peduzzi, que preside a Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, defendeu que os magistrados assumam o compromisso de julgar a cada ano mais processos do que a quantidade de recebidos. “Essa é meta permanente”, disse a conselheira.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

24 SET 2014

CONTINUAÇÃO

JUSTIÇA EM NÚMEROS

Dados do Conselho Nacional de Justiça mostram que, apesar de o Poder Judiciário ter aumentado as despesas, não tem dado conta da demanda

NÚMEROS GERAIS	2009	2010	2011	2012	2013	variação
Despesa (R\$ bi)	48,1	49,8	56,6	60,7	61,6	28%
Despesa com RH ¹	90,8%	89,5%	89,7%	88,8%	89,8%	-
Magistrados (milhares)	16,09	16,40	16,41	16,14	16,43	0,3%
Servidores (milhares)	314,77	325,56	366,09	396,93	412,50	31%

1. Em relação às despesas totais.

PROCESSOS (em milhões)	2009	2010	2011	2012	2013	variação
Casos novos	24,6	24	26,1	27,9	28,3	15%
Processos baixados	25,3	24,1	25,8	27,6	27,7	9,5%
Casos pendentes	58,9	60,6	61,8	64,1	66,9	13,5%

JUSTIÇA PARANAENSE (dados comparativos entre 2013 e 2012)

	Despesa (R\$ milhões)	Magistrados	Servidores (milhares)	Processos	Casos novos	Julgados	Baixados	Saldo estimado
TJ-PR	1.602 +10,3%	809 +4%	15 +13,4%	3,2 mil +3,2%	1,1 mi +15,6%	1,1 mi +0,6%	1,3 mi +18,6%	2.872.026
TRT-PR	748,2 +10,3%	207 +8,9%	3 +1,2%	200 mil +0,5%	197 mil +0,5%	217 mil +10,3%	192 mil -1,1%	206.415
TRF4 ²	1.532 +2,4%	354 +1,4%	8 +2,1%	1,4 mi -1,3%	732 mil +4,2%	705 mil -0,7%	657 mil -1,2%	1.436.159
TRE-PR	222,7 -0,1%	213 -0,5%	1,3 +22,8%	28 mil +124,5%	7,4 mil +0,3%	28 mil +1,9%	34 mil +55,6%	1.821

2. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

ATENDIMENTO À DEMANDA

Entre os Tribunais de Justiça de grande porte do Brasil, o TJ-PR está em primeiro lugar no índice de atendimento à demanda, que traz a relação entre o total de processos baixados e casos novos. Quando supera 100%, significa que o Tribunal foi capaz de dar saída não somente ao total ingressado, mas também a parte do estoque.

TJ-PR	124%
TJ-RS	89%
TJ-MG	85%
TJ-RJ	83%
TJ-SP	81%

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

“Em linhas gerais, há um crescimento da litigiosidade de forma mais acentuada que os recursos humanos e as despesas.”

Trecho do relatório Justiça em Números, divulgado ontem pelo CNJ.

78%

dos processos estão concentrados na Justiça Estadual.

3,4%

é o crescimento médio do acervo processual a cada ano.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Justiça Estadual
diminui despesas
e aumenta
produtividade

24 SET 2014

¶ Ao contrário da tendência nacional, a Justiça Estadual do Paraná apresentou índices positivos de finalização de processos, mesmo com a diminuição nas despesas. Os dados fizeram com que a Corte paranaense ficasse na primeira posição do ranking de atendimento à demanda em comparação com os demais tribunais de grande porte do país, segundo o relatório Justiça em Números, divulgado ontem pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) diminuiu em 16% os gastos em 2013 em relação a 2012. Mesmo assim, conseguiu aumentar em 18% o número de processos baixados. A quantidade de novos casos também cresceu em 15% em comparação com o ano anterior. Ainda que tenha apresentado números positivos, o TJ deixou 2,8 milhões de ações a serem baixadas.

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE) também apresentou saldo positivo no julgamento de ações e teve um número de processos baixados maior que o de entradas em 2013. A Corte teve um aumento de 1.245% no número de processos no ano passado — demanda decorrente das eleições no ano anterior —, mas ainda deixou 1,8 mil ações para serem julgadas.

Já o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (que inclui também os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná não conseguiram atender nem à demanda de processos novos em 2013. O primeiro deixou um saldo de 206,4 mil processos e o segundo, de 1,43 milhão, para o ano seguinte. (KB)

GAZETA DO POVO

ROGÉRIO GALINDO

24 SET 2014

Data vinda, mas esse dinheiro faz falta

Ricardo Semler, que nos anos 1980 ficou famoso com livros sobre gestão de empresas, dizia que pobre é o sujeito que não sabe a diferença entre 100 mil dólares e 1 milhão de dólares. Quando a quantidade de zeros aumenta, aí mesmo quem não tropeçou no primeiro teste começa a ter problemas. E, especialmente em época de eleição, o eleitor brasileiro, vivendo num país de orçamentos bilionários, tem de conviver com a chuva de cifras que jogam no seu colo.

Assim, os R\$ 47 milhões que os juizes paranaenses pretendem levar anualmente para casa a título de "auxílio-moradia" caem na vala comum dos números gigantes. É muito dinheiro, óbvio. Mas faria quanta falta? Ou, em termos que mesmo o eleitor mais desacostumado a lidar com milhões pode entender: o que daria para fazer com esse dinheiro se ele não fosse para o bolso dos magistrados?

Um levantamento com base nos gastos recentes do governo e da prefeitura mostra. A cada ano, por exemplo, seria possível criar mais 4 mil vagas de creches. Ou fazer mais seis unidades de saúde como a que está sendo concluída no Tatuquara, em Curitiba. Essas seis unidades seriam suficientes, por sua vez, para realizar mais 90 mil consultas por mês. Ou mais de um milhão de atendimentos por ano.

O número que talvez mais chame a atenção é o de casas populares que poderiam ser construídas. Afinal, estamos falando de auxílio-moradia, certo? Pelo preço que a Cohapar (a companhia de habitação do estado) vem pagando para construir cada unidade, por ano seria possível erguer mais 5,3 mil casas para a população de baixa renda. Ou seja: casas para mais 21 mil pessoas, ou 100 mil pessoas em cinco anos.

Alguém poderá dizer que a comparação é injusta. Faz sentido. Afinal, os mutuários da Cohapar e das outras companhias de habitação popular acabam pagando parte do que receberam. No caso do pagamento feito aos magistrados, o dinheiro é a fundo perdido mesmo: vai e não retorna.

Desnecessário dizer que ninguém quer que os juizes ganhem salário mínimo. Mas, primeiro, é preciso registrar que os salários da categoria não são exatamente de fome. O menor dentre os juizes recebe mais de R\$ 20 mil por mês. Dificilmente precisará de apoio governamental para pagar sua casinha. Quanto mais de R\$ 3,2 mil para se mudar para as cidades em que os magistrados atuam no início da carreira, quando supostamente ainda não formaram um patrimônio. Ganha uma mariola quem achar uma casa de R\$ 3,2 mil para alugar em Mallet, Pato Bragado ou Saudades do Iguaçu.

CONTINUA

24 SET 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O que incomoda é o fato de os juízes criarem penduricalhos proibidos pela própria lei que eles são pagos para defender. Mas não só isso: incomoda saber que esses números estão à disposição de todos. E que os juízes, sendo gente bem informada, sabem (ou deveriam saber) que o dinheiro faz falta no orçamento. É parte da verba do Judiciário? Mas e o que impede que os juízes, num gesto de — e prestemos bem atenção à palavra — justiça, devolvam os valores para que sejam empregados em obras? Nada. Rigorosamente nada.

O Judiciário precisa perceber que, embora não dependa de votos para se manter no poder, precisa da confiança da população. E casos como o do auxílio-moradia ou a nova lambança do ministro Luiz Fux em nada contribuem para isso. Juízes devem ser justos, por definição.

24 SET 2014

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Auxílio-moradia 1

O editorial "Auxílio-moradia e corporativismo" (**Gazeta**, 22/9) aborda com muita propriedade a situação da magistratura quanto às reivindicações de auxílio-moradia. As atitudes corporativistas para a obtenção desse benefício pecuniário são imorais e de legalidade discutível. Não existe explicação plausível que possa justificar o pagamento do auxílio a quem não gasta com aluguel e, pior ainda, para casais em que ambos são magistrados. O que a sociedade quer é um Judiciário ético, imparcial, íntegro e livre desse e de outros tipos de atitudes discutíveis.

João Cândido de Oliveira Neto

Auxílio-moradia 2

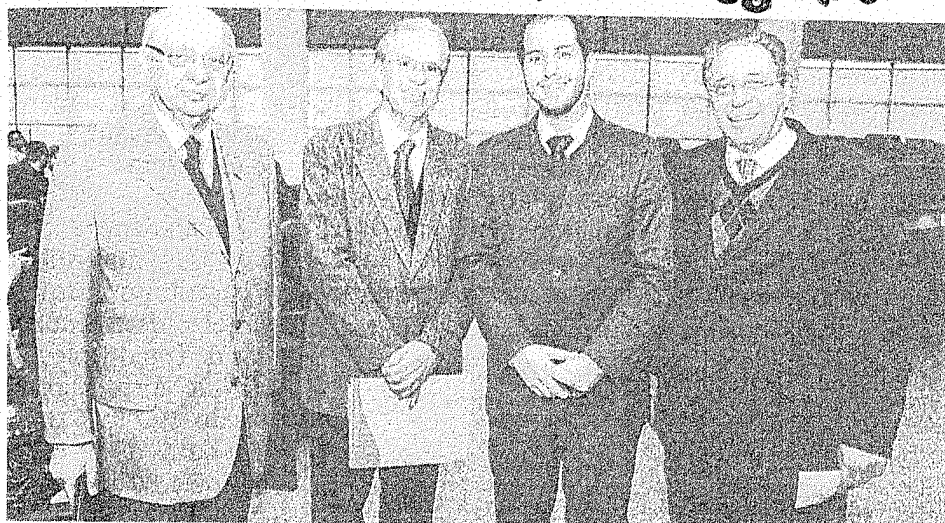
Possuem formação técnica e humanística os juízes? Técnica pode ser, mas formação humanística é afirmação de difícil consenso, pois, ao avaliarmos a defesa do auxílio-moradia e, mais ainda, da isonomia, percebemos que, independentemente de berço cultural e educacional, os juízes possuem mesmo é um forte senso corporativista, e ausência de profissionalismo pela morosidade no andamento dos processos.

Irineu Q. Santos

24 SET 2014

GAZETA DO POVO

Curso reforça importância do trabalho notarial e de registro



Da esquerda para a direita, o desembargador do TJ-PR, Paulo Habith, o corregedor do TJ-PR, Eugenio Achille Grandinetti, o secretário da Anoreg-BR e um dos palestrantes do evento, Mario Camargo, e o anfitrião e presidente da Anoreg-BR, Rogério Portugal Baccellar

A Escola Nacional de Notários e Registradores (Ennor) promoveu o Curso em Direito Notarial e de Registro, no último mês de agosto, em Curitiba (PR), para uma plateia que contou com mais de 400 participantes de nove estados. O curso de capacitação foi realizado em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR) e com o Sindicato dos Escrivães-Notários e Registradores do Paraná (Sienoreg-PR).

No primeiro dia de palestras, estiveram presentes o presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR), Rogério Portugal Baccellar, o presidente em exercício (ao dia do evento) do TJ-PR, desembargador Paulo Roberto Vasconcellos, e o

corregedor do TJ-PR, Eugênio Achille Grandinetti.

Conteúdo

Alguns dos temas em destaque foram as palestras "Teoria Geral do Direito Notarial e de Registro", "Protesto da Dívida Ativa" e "Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN)", ministradas por Mário Camargo, mestre em Direito pela Universidade Mackenzie e secretário da Anoreg-BR.

"Percebemos que as entidades são carentes dessas informações e por isso a importância desse curso para esclarecer o funcionamento dos serviços notariais e registrares", destacou a organizadora do evento e presidente do Sienoreg-PR, Terezinha Ribeiro de Carvalho.

24 SET 2014

GAZETA DO POVO

Presidente interino, Lewandowski assina acordos e aposentadorias

¶ No seu primeiro dia como presidente interino da República, o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), passou menos de uma hora no Palácio do Planalto na tarde de ontem. O ministro assinou a promulgação de acordos bilaterais com sete países e a aposentadoria de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Lewandowski assumiu a Presidência da República porque a presidente Dilma Rousseff viajou a Nova York, nos Estados Unidos, para participar da abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que será realizada hoje. Dilma retorna ao Brasil no mesmo dia. Lewandowski deixará o posto assim que a presidente atingir o espaço aéreo brasileiro, previsto para acontecer no início da noite. Na ordem de sucessão, o vice-presidente, Michel Temer, deveria assumir o posto. No entanto, por motivos eleitorais, ele foi orientado por advogados a sair do Brasil nesse período por ser candidato à reeleição. Temer agendou uma viagem de última hora para o Uruguai e pediu um encontro com o presidente José Mujica. Temer retorna ao Brasil hoje.

24 SET 2014

GAZETA DO POVO

BESSA

Juíza manda soltar PM que matou camelô em ação contra pirataria

A juíza Eliana Cassales Tosi de Melo mandou soltar o PM Henrique Dias Bueno de Araújo, preso na sexta-feira acusado de matar um camelô em uma operação policial contra a pirataria em São Paulo. Um vídeo postado no Youtube mostra o policial apontar a arma em várias direções. Carlos Augusto Muniz Braga foi atingido na cabeça ao tentar tomar o spray de pimenta da mão do PM. Para a juíza, o disparo se deu durante ação policial e Araújo voltou-se à vítima "após ter tido aparentemente seu braço esquerdo bruscamente puxado por ela".

Prateleira jurídica

Acaba de chegar às livrarias a obra *Direitos Fundamentais e Jurisdição Constitucional*, coordenada pelo constitucionalista Clémerson Merlin Clève e pelo professor Alexandre Freire. Publicado pela editora Revista dos Tribunais, o livro reúne artigos de prestigiados juristas que avaliam o papel do Supremo Tribunal Federal na garantia dos direitos fundamentais.

O prefácio é do ministro Marco Aurélio Mello, do STF.

NOTAS POLÍTICAS

Maior apreensão

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) fez a maior apreensão de propaganda irregular de 2014 em Curitiba. No sábado, 834 cavaletes e placas de candidatos foram apreendidos na capital durante uma operação diurna. Segundo o TRE, o objetivo foi retirar as propagandas irregulares que estavam embaixo de torres de alta-tensão, em arbustos e as que atrapalhavam a visão dos motoristas e a passagem de pedestres. As propagandas removidas pertencem a 78 candidatos.

Até

Até o dia 5 de setembro, o TRE já havia apreendido 562 cavaletes irregulares, de 79 candidatos. Com a nova operação, estes números sobem para 1.396 e 115, respectivamente.

GAZETA DO POVO

Planos devem repor inflação aos médicos

Luan Galani

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) decidiu que dez operadoras de planos de saúde devem atualizar anualmente os honorários de consultas e outros procedimentos pagos aos médicos que prestam serviço. Após transitado em julgado, as empresas e os profissionais têm 90 dias para chegar a um consenso sobre o valor do reajuste. Caso não haja acordo, os planos terão de repassar à remuneração dos médicos pelo menos 108,91%, valor que corresponde à inflação acumulada de 2002 a 2014, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

As empresas citadas são: Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, Clinihauer, Consaúde, Paraná Clínicas, Amil, Clinipam, Proclin, Associação Evangélica Beneficente de Londrina, Saúde Plus e Uniclínicas. A decisão da 5ª turma do TRT-PR foi proferida no último dia 10, mas divulgada ontem. Ainda cabe recurso.

No entendimento do desembargador Arion Mazurkevic, relator do processo, a sentença visa restabelecer o equilíbrio necessário da relação contratual, já que as operadoras reajustaram as mensalidades dos planos de saúde, mas não repassaram essa recomposição aos honorários médicos.

A ação foi movida pelo Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná. O advogado Irineu Galeski Junior, que representa uma das empresas citadas, diz que as operadoras já apresentaram embargo de declaração para pedir a revisão da decisão.

24 SET 2014

Mello e Toffoli votam pelo arquivamento de inquérito do cartel no metrô

Os ministros Marco Aurélio Mello e Dias Toffoli, da 1.ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), votaram ontem pelo arquivamento do inquérito do cartel metroferroviário que envolve os deputados José Aníbal (PSDB-SP) e Rodrigo Garcia (DEM-SP). O julgamento do pedido de arquivamento da investigação foi interrompido pelo ministro Luís Barroso, que pediu vista dos autos, e deverá ser retomado após as eleições, no dia 7 de outubro. A 1.ª Turma tem 5 ministros.

O inquérito do cartel está no STF porque Rodrigo Garcia e José Aníbal, como parlamentares, têm foro privilegiado.

Marco Aurélio e Toffoli acolheram os argumentos do advogado Alexandre de Moraes, que defende Rodrigo Garcia. Ele sustentou que a investigação do STF está encerrada desde que quatro testemunhas da acusação negaram ter ouvido falar em pagamento de propinas para os parlamentares.

STF só vai liberar acesso a depoimentos de Costa após o fim da investigação

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki, responsável pela Operação Lava Jato na Corte, informou ontem aos integrantes da CPI Mista da Petrobras que as informações da delação premiada do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa só poderão ser compartilhadas com os parlamentares depois que o Ministério Público Federal (MPF) comprovar as denúncias e os dados forem incluídos na ação penal que correrá no Supremo. O presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), o relator, deputado Marco Maia (PT-RS), e outros integrantes da comissão parlamentar haviam se reunido com o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, com o ministro Zavascki e com o procurador-geral da União, Rodrigo Janot, para pressionar por um compartilhamento das informações o mais breve possível.

GAZETA DO POVO

TRF condena Esso por dano ambiental

Luan Galani

24 SET 2014

O Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4), com abrangência em toda a Região Sul do país, condenou a Esso Brasileira de Petróleo por desmatar uma área de Mata Atlântica em Paranaguá, litoral do Paraná, para construir um posto de combustíveis. A empresa terá de pagar multa de R\$ 300 mil por dano ambiental e terá a licença concedida para o posto suspensa.

Com a decisão, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estão impedidos de autorizar futuros desmates em áreas de Mata Atlântica para a Esso, com exceção de casos de utilidade pública.

A decisão acompanhou pedido de ação civil pública proposta em 2001 pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) e pelo Ministério Público Federal (MPF). Segundo o MP-PR, o posto foi erguido em região de Mata Atlântica em estágio médio de regeneração, que só poderia ter sido suprida em caso de empreendimento considerado de utilidade pública ou interesse social, como prevê a legislação.

Explicações

A Esso informa que a determinação “não é final e admite recurso à instância superior”. E salienta ainda que a empresa “respeitosamente discorda das razões da decisão e irá recorrer novamente [...], pois mantém sua postura de boas práticas e observância da legislação ambiental”. A Esso diz possuir a licença ambiental válida para a atividade.

O IAP se exime de responsabilidade e esclarece que a Esso causou dano ambiental e, portanto, deve pagar a multa ambiental, independentemente de ter sido vítima de erro do órgão público, como argumentou a empresa. Até a noite de ontem, o Ibama não respondeu à reportagem.

24 SET 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Os benefícios da magistratura

Desde que o ministro Ricardo Lewandowski se apresentou como porta-voz das demandas corporativas da magistratura, prometendo em seu discurso de posse na presidência do Supremo Tribunal Federal a “dar particular atenção às demandas de juizes por uma remuneração condigna com o significativo múnus público que exercem”, as entidades de juizes multiplicaram suas demandas sindicais e os tribunais passaram a acolhê-las.

A iniciativa mais recente partiu do Supremo, onde o ministro Luiz Fux concedeu liminar autorizando os Tribunais Regionais Federais (TRFs) a pagar auxílio-moradia aos juizes federais que não tiverem residência oficial à disposição. Apesar de o benefício ter de ser regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, o ministro autorizou os TRFs a pagá-lo imediatamente, no valor de R\$ 4.378. E ainda dispensou os juizes da obrigação de apresentar recibo do aluguel. O salário médio da corporação, que tem 1,7 mil integrantes, é de R\$ 25,2 mil. Por fim, permitiu que o benefício seja pago também aos juizes federais que possuam imóvel próprio na cidade em que trabalham e admitiu que a decisão abre caminho para sua concessão aos juizes estaduais.

Ao justificar a liminar, Fux alegou que a magistratura não tem os mesmos direitos dos trabalhadores comuns e que o

auxílio-moradia concedido aos juizes seria uma “forma de compensação”.

“Juizes não recebem adicional noturno, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, participação nos lucros, FGTS, honorários advocatícios, bônus por produtividade, indenização para aprimoramento profissional ou mesmo gratificação por desempenho”, disse ele. Esqueceu-se de dizer que os salários da magistratura estão entre os maiores da administração pública e que a corporação goza de regalias – em matéria de férias, contagem de tempo de serviço e aposentadoria, por exemplo – que milhões de trabalhadores da iniciativa privada não têm.

O auxílio-moradia era uma reivindicação antiga dos juizes federais. Alegando que o benefício já é pago a promotores e que as carreiras são equivalentes, a corporação invocava isonomia. A decisão de Fux foi tomada um dia antes de uma “mobilização nacional” convocada pela Associação dos Juizes Federais (Ajufe) para protestar contra o Executivo. A entidade alega que, ao recusar as propostas orçamentárias do Judiciário, impedindo-o de reajustar os salários da magistratura federal, o Ministério do Planejamento – órgão responsável pelo Orçamento da União – estaria “desvalorizando” a corporação. Também se queixa do veto do Planalto ao artigo 17 do Projeto de Lei 2201, negando aos juizes federais gratificação por acúmulo de função.

A Ajufe afirma que a Constituição assegura independência financeira aos Três Poderes. Na realidade, o que a Constituição diz é que os Poderes são autônomos e que o Tesouro é um só, cabendo a responsabilidade sobre o que sai e entra ao Executivo. A entidade lembrou que parte da receita e dos gastos do Executivo depende dos juizes federais, que são responsáveis pelo julgamento dos processos ajuizados contra a União, a Caixa Econômica Federal, os Correios e o INSS e das ações de correção das cadernetas de poupança, expurgos do FGTS, pedidos de aposentadoria, revisões de contratos de financiamento imobiliário e restituição de tributos. A afirmação seria só um exercício retórico caso não servisse de base para uma alegação sibilina. Os juizes que julgam esses processos “não podem estar sujeitos a interferências do Executivo que possam afetar sua liberdade de análise e imparcialidade”, afirma a Ajufe. O que ela quis dizer com isso?

Bem mais explícita foi a iniciativa dos juizes e desembargadores do Estado do Rio de Janeiro, que, além das regalias de que já dispõem, agora exigem um auxílio-educação de R\$ 7,2 mil por mês. A presidência do Tribunal de Justiça já enviou a proposta para a Assembleia Legislativa e distribuiu nota informando que não fará qualquer comentário. A Corte, sem argumentos para justificar pretensões imorais, preferiu calar-se.

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

24 SET 2014

Sob revisão sempre

Nossos poderes de Estado, graças aos novos instrumentos legais, se encontram sob investigação: a principal delas as referentes ao pacto que levou a escolha de Fabio Camargo no Tribunal de Contas. Examina-se se houve ou não tráfico de influência e advocacia administrativa no processo precedido da montagem do Caixa Único em benefício do Executivo e do seu acesso a depósitos judiciais e a matéria está há bastante tempo em análise no Conselho Nacional de Justiça. Há outras pendências ainda como as produzidas contra o ex-presidente do TJ Clayton Camargo, uma delas de suposta venda de sentença.

Difícilmente algo interno completa sua tramitação normal: uma ação do MP, Ministério Público estadual, sobre a legalidade da atuação da Urbs no caso dos radares ficou 15 anos sem solução dentro do Tribunal de Justiça. Normalmente só decisões externas mexem com a placidez da relação intrapoderes - partem do CNJ, do Tribunal de Contas da União, da Procuradoria da República, da polícia e justiça federais. Um dos casos mais recentes foi o do flagrante de propina a um hierarca do Tribunal de Contas por parte do vencedor da concorrência da construção do Anexo. A matéria também está no Conselho Nacional de Justiça, mas aqui uma câmara criminal do TJ anulou o desdobramento cênico do flagrante sob o fundamento de nulidade invencível. À época o Gaeco prometeu recurso.

Pois agora quem vai estar sob supervisão é o Ministério Público estadual em função de uma correição por parte do Conselho Nacional do Ministério Público em vista de denúncias chegadas a Brasília de protelação e morosidade dos seus integrantes em procedimentos internos. Uma estranheza salta à vista: só agora houve denúncia, em função da operação "Gafanhoto", no gabinete do então deputado Beto Richa em busca de fantasmas, além do caso paradigmático da proteção conferida a seu chefe de gabinete, Ezequias Moreira, aquele que tomava grana da sogra fantasma que ignorava o saque em cima do seu nome.

Estranha-se nessa operação o fato de até agora ter havido apenas uma sanção pecuniária contra o ex-parlamentar Moysés Leônidas, posto que além de Beto Richa, que não constava nas listas iniciais, havia mais 60 ex e atuais deputados. Como Moysés não é candidato há a suposição de menor rigor contra os que estavam arrolados e permanecem candidatos. Ora a justiça não pode ter um caráter seletivo de aferrar-se a possíveis subjetividades como as supostas.

A correição está em andamento e dentro de dois dias teremos audiências públicas como aquelas havidas, por várias vezes, com o CNJ, e que provocaram espanto na placidez regional.

24 SET 2014

FOLHA DE LONDRINA

Youssef vai tentar delação premiada, diz defesa

Réu em cinco ações penais
da Lava Jato, doleiro estaria
disposto a colaborar com
investigações; MPF não comenta

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - O doleiro Alberto Youssef, personagem principal da Operação Lava Jato, que investiga um mega-esquema de lavagem de dinheiro, concordou em fazer um contato inicial com os procuradores da força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) na tentativa de obter um acordo de delação premiada. A informação foi confirmada ontem por sua defesa.

O londrinense está preso na carceragem da Polícia Federal (PF), em Curitiba, desde março, e teria tomado esta decisão após consultar familiares e também por ter conhecimento da crescente procura de réus da Lava Jato para colaborarem com as investigações. "Estamos iniciando as conversas, não há nada decidido. É um primeiro contato que está sendo feito, ele se mostrou aberto a tentar fazer um acordo mas, como é tudo sigiloso, não posso passar mais detalhes", disse o advogado Antonio Figueiredo Basto.

Caso este acordo se confirme, as duas pessoas consideradas peças-chave (Youssef e Paulo Roberto Costa) poderiam repassar detalhes de como funciona a engrenagem do esquema de corrupção, pagamento de propina e desvio de recursos da estatal petrolífera, conforme apontaram as primeiras investigações da PF.

Entretanto, Youssef tem um obstáculo a mais para conseguir um novo acordo com o MPF. Ele já descumpriu uma delação feita no ano de 2004, referente ao Caso Banestado. Na época se comprometeu a não atuar mais como doleiro mas, ao invés disso, aumentou seus negócios. Resultado: como quebrou o acordo, todos os processos do Banestado que haviam sido suspensos foram reabertos em maio deste ano. Num deles, inclusive, Youssef já foi condenado a quatro anos e quatro meses de prisão, além do pagamento de multa milionária.

O doleiro é réu em cinco ações penais da Lava Jato, entre elas a que tem por objeto crimes financeiros na celebração de contratos de

câmbio fraudulentos em nome da empresa Labogem S/A Química Fina e outras para pagamentos no exterior de importações fictícias (nesta ação ele teria enviado cerca de R\$ 1 bilhão para o exterior); e a que tem por objetivo crimes de lavagem de dinheiro fruto de desvios de recursos públicos da Petrobras. Esta última também cita Paulo Roberto Costa.

Procurado, o MPF informou que não vai comentar o assunto.

CONTINUA

24 SET 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

CARROS

Em decisão publicada na noite de ontem, o juiz federal Sérgio Moro autorizou a cessão provisória de quatro carros apreendidos na Lava Jato para uso nas atividades da Polícia Federal. Conforme a Justiça, o pedido de destinação dos veículos à PF partiu do MPF.

Os carros apreendidos são uma VW Tiguan, placas FLR4044, e um Volvo, placas BBB6244, de propriedade de Alberto Youssef; uma Land Rover Evoque Dynamic, placas FZQ1954, de Paulo Roberto Costa; e uma Toyota Hilux, placas JIH6203, apreendida com André Luis Paula dos Santos.

“Não é tolerável que bens apreendidos ou sequestrados sejam expostos à deterioração, perdendo o seu valor para a acusação, no caso de posterior decretação do perdimento, ou mesmo para os acusados, no caso de posterior devolução”, disse em seu despacho.

O juiz ainda lembrou que a Meta 19 da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro (Encla 2005), formulada por diversos órgãos públicos, recomenda o “melhor aproveitamento dos bens apreendidos, sequestrados, arrestados dentro das possibilidades legais já existentes, inclusive a alienação antecipada, se necessário”.

24 SET 2014

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Ex-diretor delatou 11 senadores à Justiça Federal

O influente ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, a quem o ex-presidente Lula chama de "Paulinho", entregou mais de 60 pessoas em seu acordo de delação premiada, mas por enquanto apresentou provas ou indícios concretos contra apenas 37, dos quais 11 são senadores. Os delatados integram os poderes Executivo e Legislativo, segundo fonte do Ministério Público Federal.

A bancada

Os 11 senadores delatados pelo ex-diretor da Petrobras, todos ainda no exercício do mandato, representam 13,5% do Senado Federal.

Primeiros nomes

Já vazaram os nomes dos senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Edison Lobão (ministro de Minas) e Renan Calheiros, estes do PMDB.

Foro privilegiado

A maioria dos delatados pelo ex-diretor tem foro privilegiado. Só podem ser investigados sob autorização do Supremo Tribunal Federal (STF).

Nas mãos do STF

O foro privilegiado pode tirar o Petrolão das mãos do juiz federal Sérgio Moro, a menos que os ministros do STF decidam mantê-lo no caso.

24 SET 2014

FOLHA DE LONDRINA

Rebeliões e dano ao patrimônio público

As rebeliões têm sido organizadas pelos presos para reivindicar melhorias à situação de presídios e cadeias. Superlotação, qualidade da alimentação oferecida, garantia dos direitos constitucionais geralmente são itens que entram na pauta, não sem uma boa dose de violência contra agentes penitenciários, policiais ou outros presos mais vulneráveis. O problema é que todo motim também vem acompanhado de muita destruição e muito prejuízo aos cofres públicos.

É o caso da Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC). Mais de 80% do prédio foi destruído durante rebelião que durou cerca de 45 horas no mês passado. Orçamento realizado por engenheiros da Secretaria de Infraestrutura e Logística estima em mais de R\$ 1,5 milhão o custo para reparar as galerias danificadas. Como a obra é considerada emergencial, a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos enviou pedido de dispensa de licitação das obras à Procuradoria Geral do Estado.

Independentemente de ter a licitação dispensada ou não, é um dinheiro que sairá dos cofres públicos e que poderia ser destinado à construção de novas unidades ou à melhoria de estruturas em utilização. É justo que o contribuinte arque com mais esse custo? É claro que a reforma da unidade deve ser feita e que ninguém concordaria em deixar parte dela inativa. No entanto, se a opinião pública fosse consultada, provavelmente, a resposta seria que os detentos deveriam, de alguma forma, arcar com parte dessa reforma.

Contudo, não se trata de cobrar em valores o custeio da obra. No entanto, esses homens poderiam sim ser recrutados como mão de obra em obras públicas e pagar em dias trabalhados, por exemplo. Seria uma boa solução, uma vez que contribuiria para redução da ociosidade e, ainda, ofereceria uma oportunidade de qualificação aos detentos. Seria interessante que o Brasil passasse a discutir penas alternativas e projetos que os detentos colaborem com a sociedade.

24 SET 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Lewandowski despacha como presidente da República

Ministro do Supremo assumiu constitucionalmente o cargo

O quinto presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) a assumir a Presidência da República esteve nesta terça-feira (23) à tarde no Palácio do Planalto. Por apenas uma hora, Ricardo Lewandowski assinou atos como chefe do Executivo, já que substituiu constitucionalmente a presidenta Dilma Rousseff, em viagem aos Estados Unidos para a 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Pouco antes de 15h, Lewandowski atravessou a Praça dos Três Poderes e entrou na garagem do Planalto. Ele acumula os cargos até o início da noite desta quarta-feira (24), quando o avião de



Fellipe Sampaio/STF

Ricardo Lewandowski assinou atos como chefe do Executivo

Dilma entrar no território nacional. Às 16h, sua comitiva com cinco carros deixou as dependências do palácio. Como presidente da Re-

pública, assinou a promulgação de acordos bilaterais permitindo o trabalho remunerado de dependentes de diplomatas. Os atos bilaterais já foram aprovados pelo Congresso, entram em vigor nos próximos meses e envolvem reciprocamente a Bélgica, Eslovênia, Filipinas, México, Nicarágua, Romênia e Suíça. ■

Lewandowski assinou a promulgação de acordos bilaterais permitindo o trabalho remunerado de dependentes de diplomatas

24 SET 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Youssef admite acordo de delação premiada

Doleiro foi preso em março na Operação Lava Jato

O doleiro Alberto Youssef pretende propor ao Ministério Público um acordo de delação premiada, segundo informou nesta terça-feira (23) um dos advogados dele, Antonio Augusto Lopes Figueiredo Basto.

Youssef foi preso em março deste ano pela Polícia Federal, durante a Operação Lava Jato, acusado de chefiar um esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas que movimentou cerca de R\$ 10 bilhões, segundo a PF.

Um eventual acordo de delação premiada com Youssef dependerá de o Ministério Público dizer se aceita e em que termos. Pela delação premiada, o réu conta o que sabe e, desde que comprovadas as informações, pode obter benefícios, como redução da pena e responder ao processo em liberdade. ■

Instituto Datafolha é multado por esconder dados no Paraná

O desembargador Guido José Döbeli, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE), nesta segunda-feira (22), aplicou multa de R\$ 10.641,00 contra o instituto Datafolha, por sonegar informações relativas à sondagem sobre a disputa pelo Palácio Iguçu. O Datafolha descumpriu determinação do magistrado que o obrigava abrir planilhas com os questionários, como prevê a Lei Eleitoral, ao senador Roberto Requião, candidato ao governo. ■



24 SET 2014

BEMPARANÁ

A Conduta e o direito penal

O Supremo Tribunal em cheque

*Jônatas Pirkiel _____

Neste domingo, o jornalista Élio Gaspari, de notável reputação e autoridade inquestionável, antecipou a divulgação de um estudo feito pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, instituição de respeitabilidade incontestável, sobre a tramitação de processos na mais alta corte de Justiça do país, cujos resultados, ainda eu somente dirigidos ao desempenho da Corte, é digno de fazer chorar qualquer cidadão que ainda mantém alguma esperança em nosso país.

O estudo é um retrato que revela a necessidade de se repensar as nossas instituições, inclusive o próprio Supremo. E como falamos em nosso artigo anterior, a Justiça e o Sistema Penitenciário são temas que não são e nunca serão tratados por quem deseja comandar os destinos do país. Tomo a liberdade de reproduzir aqui parte dos comentários de Élio Gaspari, em sua coluna de domingo do jornal O Globo, na análise do desempenho de cada um dos ministros do Supremo Tribunal Federal:

"...CELSO DE MELO - É o recordista na média do tempo que levou para publicar seus acórdãos: 679 dias. Leva 45 dias para decidir uma liminar. É, de longe, o ministro que menos pede vistas e devolve os processos em 200 dias. CÁRMEM LÚCIA - Depois de Celso de Mello é a ministra que faz menos pedidos de vista. É quem fica mais tempo com esses proces-

sos, numa média de 600 dias. Julga as liminares em 29 dias e publica seus acórdãos em 82. TÓFFOLI - É de longe quem mais pede vistas (mais de dois pedidos por mês), ficando com os processos por mais de 200 dias. Toffoli leva 59 dias para publicar um acórdão e 29 para decidir uma liminar. MARCO AURÉLIO - Leva 173 dias para publicar um acórdão e 58 para decidir uma liminar. É um veterano da Corte e está no bloco dos ministros que mais pedem vistas. Retém os processos por cerca de 200 dias. GILMAR MENDES - Outro veterano, também está no bloco que mais pede vistas, com uma marca superior à de Marco Aurélio. Quando para um processo, a retenção fica na média em 400 dias. Suas liminares demoram 37 dias e seus acórdãos, 82. ROSA WEBER - Decide suas liminares em 43 dias e publica os acórdãos em 51. É a terceira colocada entre os que mais pedem vistas (depois de Toffoli e Fux), mas retém os processos numa marca inferior à deles, cerca de 140 dias. TEORI ZAVASCKI - Está na Corte há menos de dois anos, mas se mantiver a média de desempenho, levará a taça da rapidez. Decide as liminares em 15 dias. Publica seus acórdãos em 23 dias. Nos dois casos, bem abaixo da média do tribunal. É também o ministro que por menos tempo retém os poucos processos para os quais pediu vista. RICARDO LEWANDOWSKI - O presidente do STF decide as liminares em 17 dias e publica seus acórdãos em 55. Quando

pede vista, retém o processo por mais de 200 dias. Se não tivesse essa marca, estaria entre os mais rápidos da Casa. Seu gabinete tem a chancela do ISO 9000, conferido a coisas que funcionam direito. LUIZ FUX - É o lanterninha no tempo médio que leva para decidir uma liminar: 72 dias. Desde 1988, nenhum ministro demorou tanto. Está entre os mais rápidos na publicação de acórdãos, 41 dias. Depois do ministro Toffoli, tem a maior média de pedidos de vista. Entre os processos que reteve (habitualmente devolve-os em 180 dias), está a ação direta de inconstitucionalidade apresentada pela Procuradoria Geral da República contra as gratificações de juizes do Rio. O processo está com ele desde 2012. Atualmente tramita na Assembleia Legislativa um projeto que dá R\$ 7 mil mensais aos juizes para a educação de seus filhos. JOAQUIM BARBOSA - Decidiu as liminares em 21 dias e levou 117 para publicar seus acórdãos, ficando atrás de oito outros ministros. Seus pedidos de vistas (um por mês) demoraram 300 dias. ROBERTO BARROSO - Leva 31 dias para decidir uma liminar e 32 para publicar um acórdão. Pede um processo por mês e devolve-o em 45 dias".

O resto fica por conta do leitor e do eleitor, pois as eleições para presidente estão aí...

* O autor é advogado criminalista (jônataspirkiel@terra.com.br)

24 SET 2014

BEM PARANÁ

Auxílio-moradia

"Não cabe a mim interferir"

Bem Paraná - O senhor disse que é contra o auxílio-moradia para os juizes. Porque não orientou a base do governo na Assembleia a votar contra ou seu vice a vetar a lei?

Beto Richa - Não tem como orientar a base. Isso não foi uma decisão dos deputados. Eu sempre disse que reconheço a independência entre poderes. Nunca influenciei na liberdade de manifestação dos deputados. Esse projeto de interesse do Judiciário, como é que eu ira interferir. Mesmo porque está dentro do Orçamento do Judiciário. Não é o Orçamento do Executivo. Então concordando ou não - eu não faria, jamais - agora se eles entenderam por bem fazer dentro do orçamento deles? Muitos alegam que é um complemento de salário que está defasado. Não cabe

a mim interferir nessa decisão e na autonomia que é deles.

BP - O senhor tem feito críticas duras ao PT e ao governo federal por conta dos casos de corrupção. Manter em seu governo o Cassio Taniguchi, condenado pelo STF, e Ezequias Moreira, que confessou ter mantido uma funcionária fantasma na Assembleia, não compromete essas críticas?

Richa - Não há comparação. O Cássio, é importante lembrar, que isso é uma condenação - que prescreveu - em função de um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a implantação de uma linha de ônibus Leste-Oeste em Curitiba no período em que o Cássio foi prefeito. Parte desse recurso ele usou para pagar a desapropriação de uma área onde ele iria im-

plantar alguma coisa dessa linha, possivelmente um terminal. Desvio de finalidade. O mesmo recurso, para o mesmo projeto, só que não estava prevista a compra dessa área para esse terminal. E eu acho que os advogados dele cochilaram, porque se falassem com o BID que usou parte do dinheiro no mesmo projeto para fazer essa obra. Não foi corrupção, não foi em benefício próprio. Então não vi assim nada tão grave. E a questão do Ezequias foi uma questão interna da Assembleia, ele reconheceu o seu erro, pagou a sua dívida com a sociedade. Eu conheço o Ezequias há muito tempo, nunca soube de nenhum desvio de dinheiro público, de ilícito, a não ser essa situação da sua sogra na administração da Assembleia muito antes de eu entrar na política.

Simpósio

A experiência norte-americana na área de indenizações será o tema central do III Simpósio de Responsabilidade Civil - As ações de indenização nos Estados Unidos e no Brasil, que a Comissão da Seccional, presidida pelo advogado Gabriel Bittencourt Pereira, promove no período de 15 a 17 de outubro. Informações e inscrições www.oabpr.com.br

Aviso

O candidato que ganha na Justiça o direito de ser nomeado para cargo público deve ser avisado sobre a sua nomeação, ainda que não haja previsão de comunicação pessoal no edital do concurso. O entendimento é da 4ª Câmara Cível do TJ do Rio Grande do Sul.

Imunidade

Estados não podem cobrar IPVA no emplacamento das motos de propriedade dos Correios. O entendimento é da ministra Rosa Weber, do STF.

Livro

A advogada Tais Martins, integrante da Comissão de Direito do Consumidor da OAB/PR, lança no dia 1/10, a partir das 19 horas, na Galeria de Presidentes da Seccional, o livro "Meio Ambiente e Atividade Empresarial".

Pensão

Companheira que vive em união estável com um homem ainda casado legalmente, mais separado de fato e cujo processo de divórcio já fora iniciado, tem direito a dividir pensão com a esposa em caso de morte. O entendimento é da 3ª Turma do TRF da 4ª Região.

Isentos

Pessoas portadoras de câncer são isentas do pagamento de Imposto de Renda sobre os valores recebidos referentes a resgate de saldos de complementação de aposentadoria, oriundos de previdência privada. O entendimento é da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Estudos

As inscrições para o Grupo de Estudos da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDCorist) estão abertas até o dia 29/09 (segunda-feira). Os Grupos são abertos para participação de acadêmicos de graduação e profissionais do Direito. Informações e inscrições (41) 3024-1167, flavia@abdconst.com.br e www.abdconst.com.br

24 SET 2014

24 SET 2014

BEM PARANÁ

Justiça manda planos reajustarem honorários

A Quinta Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) reconheceu, por maioria de votos, que os médicos têm direito à atualização anual dos honorários pagos pelas operadoras dos planos de saúde. No julgamento da ação civil pública, que envolve dez operadoras, foi dado um prazo de 90 dias após o trânsito em julgado da decisão para que as partes "cheguem a um consenso sobre o valor do reajuste". Caso não haja acordo, o reajuste mínimo a ser aplicado anualmente será o equivalente aos percentuais do Índice de Preços Amplos ao Consumidor Amplo (IPCA).

Os desembargadores da Quinta Turma consideraram que o trabalho prestado pelos médicos consiste a própria atividade econômica explorada pelas operadoras e o produto oferecido aos seus clientes. "Não se mostra razoável", diz a decisão, que as operadoras "obtenham vantagem econômica por meio dos aumentos sucessivos das mensalidades dos planos de saúde sem que os profissionais recebam o reajuste de seus honorários de forma proporcional, desequilíbrio que propicia o enriquecimento sem causa das operadoras".

A ação, da qual cabe recurso, envolve a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, o Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná e as empresas: Operadora de Planos Privados de Assistência à Saúde - Consaude S/S Ltda., Paraná Clínicas Planos de Saúde S.A., Amil Assistência Médica Internacional S.A., Organização Médica Clinihauer Ltda., Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda., Associação Evangélica Beneficente de Londrina, Sistema de Saúde Proclin Ltda. Uniclínicas Planos de Saúde Ltda. e Saúde Plus Assistência Médica Ltda. (massa falida). Após o trânsito em julgado da decisão, as operadoras deverão pagar a diferença entre o valor devido e o que foi efetivamente pago no período entre 2000 e 2010.

Bem público

O governador Beto Richa (PSDB), candidato à reeleição, a vice na chapa Cida Borghetti (Pros) e a coligação do tucano, "Todos Pelo Paraná", foram multados ontem em R\$ 6 mil por gravarem imagens de parte da propaganda eleitoral gratuita dentro de escolas públicas. De acordo com a ação relatada pelo juiz Lourival Pedro Chemim, Richa teria usado dependências de escolas públicas e centros de ensino profissionalizante para autopromoção. A decisão atende a ação da candidata do PT, Gleisi Hoffmann.

EM BAIXA



O número de **PROCESSOS BAIXADOS** a cada ano pelos magistrados brasileiros cresceu 9,3% desde 2009, mas ainda é inferior ao número de casos novos que ingressam anualmente na Justiça. O número de processos em trâmite na Justiça brasileira chegou a 95,14 milhões em 2013.